



Essencis Ambiental

01. DESTAQUES DO ANO

• 43 milhões de toneladas de resíduos sólidos e efluentes líquidos tratados. • **Renovação por mais 20 anos do contrato do Aterro Metropolitano de Salvador,** reforçando a previsibilidade operacional e de receita. • **Nova UVS iniciada em Passos de Minas (MG)** e três unidades em implantação: Pacajus (CE), Macaíba (RN) e Alegrete (RS). • **Inauguração da planta Biometano Sul,** no Rio Grande do Sul, com capacidade de 68 mil Nm³/dia. • **RS 1,8 bilhão captado** por meio de linhas de financiamento de longo prazo, como BNDES, Fundo Clima, Fiem e Eco Invest. • **RS 4,86 bilhões de Receita Bruta Proforma** em 2025, avanço de 28,4% em relação a 2024. • **RS 1,38 bilhão de EBITDA Proforma** em 2025, crescimento de 30,2% na comparação com o ano anterior. • **33,0% no ano de Margem EBITDA Proforma**, com ganho de 0,5 ponto percentual no ano. • **Lucro Líquido Proforma de RS 358 milhões** em 2025, aumento de 58%. • **Avançamento de 1,5% Dívida Líquida/EBITDA**, mantendo disciplina financeira mesmo em ciclo de expansão. • **RS 5,5 milhões investidos** em 40 projetos sociais em 2025.

** Consolidação Proforma corresponde à consolidação de todas as empresas que compõem o ecossistema do Grupo Solvi. Toda e qualquer informação não controlável ou derivada de números não controláveis não foi examinada pelos auditores independentes (Ernst & Young Auditores Independentes S.S.).*

02. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o quarto trimestre de 2025 com resultados consistentes e avanços relevantes em nossas três verticais de atuação – Manejo e Tratamento de Resíduos, Energia Verde e Soluções Industriais –, que continuam evoluindo de forma integrada e consolidando o Grupo Solvi como referência em soluções ambientais completas e sustentáveis. No período, mantivemos o ritmo de crescimento e eficiência operacional, refletindo o amadurecimento da estratégia de expansão implementada nos últimos anos e a capacidade de execução de nossos times em diferentes frentes de negócio. No quarto trimestre, registamos desempenho sólido em nossos principais indicadores financeiros, sustentado pela evolução das operações existentes e pela contribuição de novos projetos estratégicos. No acumulado de 2025, a Receita Bruta Proforma alcançou RS 4,86 bilhões, crescimento de 28,4% em relação ao ano anterior, enquanto o EBITDA Proforma somou RS 1,38 bilhão, avanço de 30,2%, com margem de 33,0%. O Lucro Líquido Proforma atingiu RS 358 milhões, crescimento de 58% na comparação anual. Esses resultados refletem tanto a consolidação de novos negócios quanto o ganho de eficiência nas operações existentes, além da disciplina na gestão de custos e investimentos. Ao longo do ano, seguimos direcionando investimentos para iniciativas capazes de ampliar a geração de valor ambiental e econômico de nossas operações. Entre os marcos mais relevantes, destacamos a inauguração da unidade Biometano Sul, em Minas do Leão (RS), com capacidade de produção de 68 mil Nm³ por dia de gás renovável, além do avanço na implantação da planta Biometano São Leopoldo, também no Rio Grande do Sul. Esses projetos reforçam nossa atuação na valorização energética dos resíduos e ampliam nossa contribuição para a transição energética e para a economia de baixo carbono. Outro avanço importante foi o fortalecimento da nossa estrutura de financiamento. Ao longo de 2025, estruturamos operações relevantes com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), incluindo um financiamento de RS 76,4 milhões para a implantação da planta de biometano em São Leopoldo e a aprovação de RS 432 milhões destinados à Logística Ambiental de São Paulo (Loga), o maior financiamento já concedido pelo banco ao setor de resíduos sólidos. Os recursos apoiarão investimentos em coleta, tratamento, tratamento e destinação final de resíduos, além da modernização da infraestrutura operacional e da ampliação da coleta seletiva, beneficiando cerca de 7 milhões de pessoas. Também avançamos no fortalecimento do nosso portfólio de soluções ambientais. Na vertical de Soluções Industriais, celebramos o primeiro ano da Cettel sob nossa gestão e a sua integração às demais operações dessa frente de negócios, ampliando nossa capacidade de oferecer soluções completas em tratamento de efluentes e água, economia circular e resposta a emergências ambientais. Esse movimento reforça nosso posicionamento como parceiro estratégico de empresas que buscam maior eficiência operacional, segurança ambiental e conformidade regulatória. Esses resultados e avanços são fruto do trabalho de mais de 12 mil colaboradores, que diariamente contribuem para elevar o padrão de nossas operações e consolidar nossa cultura de segurança, integridade e excelência operacional. Seguimos investindo em inovação, pessoas e tecnologia, fortalecendo nossas capacidades para transformar resíduos em soluções sustentáveis e ampliar os impactos positivos que geramos para clientes, comunidades e para a sociedade.

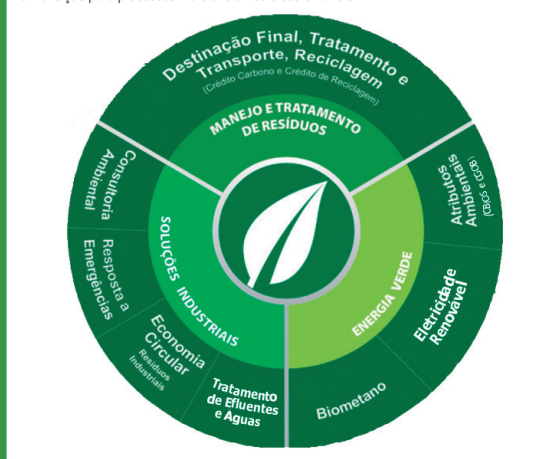
A Administração

03. QUEM SOMOS

Somos a Solvi Essencis Ambiental S.A., uma companhia dedicada a transformar resíduos em soluções sustentáveis para a sociedade. Há mais de 50 anos, atuamos com o compromisso de proteger o meio ambiente e contribuir para o atendimento de necessidades essenciais das cidades e da indústria, com foco em inovação, segurança e responsabilidade. Nossa atuação abrange todo o ciclo da gestão ambiental, da coleta e destinação de resíduos ao tratamento, valorização energética e reaproveitamento como matéria-prima. Também operamos soluções integradas para a indústria, incluindo gestão de água e efluentes, economia circular e resposta a emergências ambientais, entre outros serviços de suporte às operações industriais. Nossas operações estão estruturadas em três verticais – Manejo e Tratamento de Resíduos, Energia Verde e Soluções Industriais –, que compõem um ecossistema integrado, capaz de transformar desafios ambientais em soluções para cidades mais resilientes, indústrias mais eficientes e uma matriz energética mais limpa.

04. VERTICAIS DE ATUAÇÃO

A base do nosso modelo de negócios é a vertical de **Manejo e Tratamento de Resíduos**, responsável por coleta, destinação, tratamento e valorização de resíduos urbanos, industriais, da construção civil e de serviços de saúde. Nossas mais de 60 Unidades de Valorização Sustentável (UVSs) operam com rigor técnico e controle ambiental, permitindo não apenas a disposição segura, mas também o aproveitamento energético do biogás gerado na decomposição dos resíduos, posteriormente convertido, pela vertical de **Energia Verde**, em energia elétrica e biometano. Dessa forma, contribuímos para a descarbonização de cidades e a melhoria na integração da gestão de resíduos e geração de energia em um mesmo ecossistema de soluções. Já a vertical de **Soluções Industriais** impulsiona nossa atuação na indústria, oferecendo serviços de tratamento de efluentes e águas, economia circular e resposta a emergências, apoiando clientes na transição para processos mais eficientes e sustentáveis.



4.1. MANEJO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS: Reunimos um portfólio completo de soluções voltadas à gestão de resíduos domiciliares, industriais, da construção civil e de serviços de saúde, abrangendo desde a destinação e o tratamento até iniciativas de valorização e reaproveitamento de materiais. Atuamos com aterros sanitários Classe I, destinados a resíduos perigosos, e Classe II, voltados a resíduos não perigosos, operados com sistemas avançados de impermeabilização.

Balança Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.911	95.174	432.732	518.983	
Títulos e valores mobiliários	7	11.941	-	12.736	-	
Contas a receber de clientes	8	94.391	129.401	698.313	594.805	
Estoque	10	24.521	24.208	79.552	91.942	
Dividendos a receber	12	18.921	10.781	22.291	29.517	
Impostos a recuperar	13	17.164	12.876	124.444	91.829	
Outras contas a receber	9	10.603	85.654	32.692	32.747	
Adiantamento a fornecedores	-	2.303	1.161	33.969	20.875	
Ativos mantidos para venda	11	-	-	31.089	16.145	
Total do ativo circulante		193.755	359.255	1.467.818	1.396.843	
Não Circulante						
Realizável a longo prazo:						
Títulos e valores mobiliários	7	23.213	15.146	41.187	31.265	
Impostos a recuperar	13	36	2.398	83.666	77.126	
Contas a receber de clientes	8	4.819	2.307	164.065	216.101	
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	384	-	35.553	47.651	
Ativo financeiro de concessão	37.2	-	-	50.401	3.439	
Dividendos a receber	12	839	839	839	839	
Ativo fiscal diferido	28	104.832	103.266	153.215	180.578	
Outras contas a receber	9	1.454	1.454	34.747	36.609	
Depósitos judiciais	-	870	4.500	37.743	65.519	
		136.447	129.940	601.416	658.127	
Investimentos	14	1.807.820	1.649.729	234.353	228.224	
Imobilizável	15	654.785	457.807	2.833.048	2.441.125	
Direito de uso - Arrendamento	16	40.016	38.501	231.026	69.923	
Intangível	17	103.208	73.055	1.991.553	2.043.751	
		2.505.837	2.218.892	5.291.980	4.783.023	
Total do ativo não circulante		2.642.284	2.348.832	5.893.396	5.442.150	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Outros resultados abrangentes
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	281.382	124.555	25.837	14.762	-	(16.426)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	108.590	114.409
Reserva legal	-	-	5.430	-	(5.430)	-
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	1.001
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	77.370	(77.370)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(25.790)	(153.766)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(271)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	23.478
Ajustes acumulados de conversão - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	34.851
Ganho na venda de investimento para controlada do grupo - nota explicativa 1.1.1	-	66.260	-	-	-	-
Redução de minoritário em função da venda de participação societária - nota explicativa 1.2.1	-	-	-	-	-	(58.305)
Adição de minoritário em função da venda de participação societária - nota explicativa 1.2.1	-	-	-	-	-	347.167
Adição de minoritário em função da combinação de negócios - nota explicativa 1.1.4	-	-	-	-	-	446.168
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	281.382	190.815	31.267	92.132	2.717	598.313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	132.523	132.523
Reserva legal	-	-	6.626	-	(6.626)	-
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	72.203
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	125.897	(125.897)	-
Dividendos distribuídos - nota explicativa 29	-	-	-	(123.130)	(123.130)	(313.043)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(350)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	11.010
Ajustes acumulados de conversão - nota explicativa 29	-	-	-	-	-	(19.752)
Remuneração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	901
Redução de minoritário em função da venda de participação societária - nota explicativa 1.2.1 (i)	-	-	-	-	-	(3.766)
Ganho na compra participação societária de investimento - nota explicativa 1.2.1 (i)	-	522	-	-	522	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	281.382	191.337	37.893	94.899	(5.124)	600.387
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas						

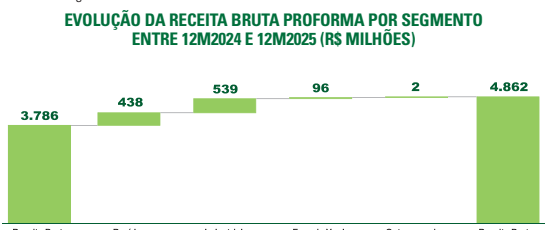
lização, monitoramento ambiental e captura de biogás. Esse conjunto de soluções é complementado pela produção de fertilizantes orgânicos e pela comercialização de créditos de carbono, ampliando as possibilidades de recuperação de valor a partir dos resíduos. Também investimos em tecnologias e processos que ampliam as alternativas de tratamento e valorização. Entre essas iniciativas estão unidades de triagem e reciclagem, plantas de produção de combustível derivado de resíduos (CDR), utilizado como substituto de combustíveis fósseis na indústria cimenteira, sistemas de incineração para destruição térmica de resíduos que exigem tratamento específico, tecnologias de desorção térmica voltadas à descontaminação de áreas impactadas e estruturas dedicadas ao tratamento de resíduos de serviços de saúde. Paralelamente, transformamos resíduos orgânicos da agroindústria em fertilizantes orgânicos e organominerais, alinhados aos princípios da economia regenerativa, contribuindo para a recuperação da fertilidade do solo e para a redução do uso de insumos sintéticos. Na gestão de resíduos urbanos, mantemos contratos de longo prazo com administrações públicas, modelo que garante previsibilidade e viabiliza investimentos contínuos em modernização tecnológica, mecanização de processos e melhoria dos indicadores operacionais. O ano de 2025 foi marcado pela expansão da base operacional. Renovamos o contrato de operação do Aterro Metropolitano de Salvador por mais 20 anos, assegurando a continuidade da destinação ambientalmente adequada de resíduos urbanos e reforçando a previsibilidade de receitas. Também iniciamos a operação de uma nova UVS em Passos de Minas (MG) e avançamos na implantação de três outras em Pacajus (CE), Macaíba (RN) e Alegrete (RS). A ampliação da infraestrutura de tratamento e destinação ambientalmente adequada contribui diretamente para acelerar a transição do país para modelos mais sustentáveis de gestão de resíduos. Somente em 2025, encerramos lições em 15 municípios de Goiás, além de Teresina, capital do Piauí.
4.2. ENERGIA VERDE: Há mais de 15 anos desenvolvemos, implantamos e operamos projetos voltados ao aproveitamento do biogás gerado em nossas Unidades de Valorização Sustentável. Esse recurso é convertido em energia elétrica renovável por meio de 11 usinas termelétricas movidas a biogás, além da geração de créditos de carbono. A partir dessa base consolidada, ampliamos nossa atuação com a produção de biometano, expandindo o potencial de valorização energética dos resíduos e contribuindo para a diversificação da matriz energética com soluções de baixo carbono. Em 2025, a Essencis Biometano completou um ano de operação, evoluindo progressivamente e encerrando o período operando próxima a 90% da capacidade instalada, com média anual de 81% de fator de capacidade. No mesmo ano, o projeto Biometano Sul, em Minas do Leão (RS), avançou com a obtenção da licença de operação e a inauguração da planta, com capacidade de 68 mil Nm³/dia. Também iniciamos as obras da terceira planta de biometano, em São Leopoldo (RS), com comissinamento previsto para o primeiro semestre de 2026. O projeto incorpora aprendizados técnicos e operacionais das unidades anteriores, permitindo maior eficiência na execução, no cumprimento de cronogramas e no controle operacional. Os investimentos nessas três primeiras plantas superam RS 335 milhões e contam com financiamento do BNDES, por meio do Fundo Clima, programa federal voltado à mitigação das mudanças climáticas. Todas as unidades possuem contratos de *offtake* com prazo de 15 anos, assegurando previsibilidade de demanda e estabilidade financeira para os projetos.
4.3. SOLUÇÕES INDUSTRIAIS: O ano de 2025 marcou um ano relevante de consolidação e evolução estratégica na vertical de Soluções Industriais. Celebramos um ano da Cettel sob nossa gestão e o planejamento integrado às demais operações da vertical. Nesse período, conduzimos uma revisão estratégica que resultou em um modelo de atuação estruturado em três frentes complementares: Tratamento de Efluentes e Água, Economia Circular e Resposta a Emergências. Essa organização amplia a capacidade de oferecer soluções completas para a indústria, combinando eficiência operacional, segurança ambiental e suporte técnico especializado. Na frente de Tratamento de Efluentes e Água, além do fornecimento de água e do tratamento de efluentes Polo Industrial de Camaçari (BA), um dos maiores complexos industriais da América Latina, também passamos a oferecer a gestão completa desses sistemas diretamente nas plantas industriais dos clientes, abrangendo desde o fornecimento de água para processos produtivos até o tratamento e reúso dos efluentes gerados. O período também foi marcado pelo fortalecimento da parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embas), formalizada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica para antecipar a universalização do esgotamento sanitário em Camaçari e Dias d'Ávila. A iniciativa prevê o compartilhamento da infraestrutura de tratamento existente, permitindo que a Embasa concentre investimentos superiores a RS 500 milhões na ampliação das redes coletoras e sistemas de bombeamento. O acordo inclui estudos para atender uma demanda futura estimada em 600 litros por segundo de esgoto e contribuir para alcançar 95% de cobertura de esgotamento sanitário na região, superando as exigências do marco legal do saneamento. Na frente de Economia Circular, atuamos na gestão completa de resíduos industriais, com soluções que priorizam o reaproveitamento e a reinação de materiais no ciclo produtivo, incluindo coleta, triagem, processamento, co-processamento e destinação ambientalmente adequada, inclusive para resíduos perigosos. Em 2025, retomamos o impulso do nosso Hub de Economia Circular, que conecta geradores de resíduos a potenciais demandantes de matérias-primas secundárias, criando oportunidades de valorização alinhadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos acordos setoriais de logística reversa. Já na frente de Resposta a Emergências, ampliamos equipes, adquirimos novos equipamentos e avançamos no plano de expansão territorial até 2027, com o objetivo de praticamente dobrar o número de bases operacionais e reduzir ainda mais o tempo de resposta aos clientes. Um marco desse movimento foi a aquisição da CTA, no Polo Industrial de Camaçari, que incorporou dois campos de treinamento para combate a incêndios industriais e atendimento a emergências, fortalecendo a capacitação técnica das equipes e consolidando uma cultura de prontidão operacional baseada em excelência, segurança e resposta ágil.

05. RESULTADOS FINANCEIROS

Nossos resultados financeiros refletem o amadurecimento da estratégia de crescimento implementada nos últimos anos. Como conduzimos nossas operações por meio de diferentes estruturas societárias, apresentamos a seguir os resultados proforma, que consolidam o desempenho das empresas sob nossa gestão e oferecem uma visão mais transparente e comparável da evolução dos negócios ao longo do período.

	12M2025	12M2024	Δ (%)
Receita Bruta	4.862	3.786	28,4%
Receita Líquida	4.183	3.258	28,4%
EBITDA	1.378	1.059	30,2%
Margem EBITDA (EBITDA/Receita Líquida)	33,0%	32,5%	0,5 p.p.
Lucro Líquido	358	226	58%
Capex	803	867	-7,4%
Divida Líquida/EBITDA dos Últimos Doze Meses (UDM)	1,97 x	1,94 x	0,03 x
Divida Líquida	2.727	2.050	33,0%
Divida Bruta	3.256	2.634	23,6%
Disponibilidade	529	584	

A Receita Bruta Proforma alcançou RS 1.215 milhões no quarto trimestre de 2025, representando uma variação de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é amplificado pela otimização e eficiência de custos e despesas. No acumulado do ano, a Receita Bruta Proforma alcançou RS 4,862 milhões, representando crescimento de 28,4% em relação a 2024, refletindo a expansão das operações e a consolidação de novos negócios. Desconsiderando os impactos da aquisição da Cettel e das novas plantas de biometano, a Receita Bruta Proforma apresenta crescimento de +4,8%, demonstrando excelente maturidade operacional dos negócios existentes.



Evolução da Receita Bruta Proforma por Segmento entre 12M2024 e 12M2025 (RS MILHÕES)						
		Receita Bruta 12M2024		Receita Bruta 12M2025		
		Resíduos	Industrial	Energia Verde	Outros serviços	Receita Bruta 12M2025
		438	539	96	2	4.862
RESULTADO PATRIMÔNIO (RS MILHÕES)						
		Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024	
PASSIVO						
Circulante						
Fornecedores	18	90.430	95.668	313.628	277.889	
Empréstimos e financiamentos	19	32.196	24.439	431.465	70.412	
Debitantes e notas comerciais	20	309.515	266.375	387.362	355.600	
Passivo de arrendamento	21	7.511	5.519	54.108	12.212	
Salários, benefícios e encargos sociais	23	32.274	28.971	167.754	128.990	
Impostos, taxas e contribuições	27	14.780	18.482	127.351	162.150	
Dividendos a pagar	12	72.460	83.950	98.490	25.693	
Adiantamentos de Clientes	-	10.263	9.928	15.760	14.082	
Outras contas a pagar	-	260	43.113	33.444	101.645	
Ónus de outorga	25	-	-	142.295	39.388	
Contas a pagar por aquisição de investimento	26	-	2.750	4.737	169.033	
Total do passivo circulante		569.689	579.395	1.476.394	1.356.094	
Não Circulante						
Fornecedores	18	-	-	2.111	2.005	
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	31.043	52.533	10.581	29.996	
Dividendos a pagar	12	-	-	41.812	58.550	
Empréstimos e financiamentos	19	233.258	188.186	636.576	524.657	
Debitantes e notas comerciais	20	1.332.674	1.208.069	1.829.691	1.416.667	
Passivo de arrendamento	21	38.984	39.014	184.598	63.850	
Impostos, taxas e contribuições	27	-	-	3.893	2.660	
Passivo fiscal diferido	28	-	-	274.987	288.520	
Provisão para perda em investimentos	14.2	-	633	66	216	
Provisões	24	30.004	41.944	189.409	260.183	
Adiantamento de Clientes	-	-	-	90.526	44.737	
Outras contas a pagar	-	-	-	13.314	11.757	
Ónus de outorga	25	-	-	1.097.418	1.316.865	
Total do passivo não circulante		1.665.963	1.530.379	4.364.982	4.020.663	
Patrimônio Líquido						
Capital social	29	281.382	281.382	281.382	281.382	
Reserva de capital	191	191.337	190.815	191.337	190.815	
Reservas de lucros	132.792	123.399	132.792	123.399		
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.124)	2.717	(5.124)	2.717		
Total do patrimônio líquido		600.387	598.313	600.387	598.313	
Participação dos não controladores	14.1	-	-	919.451	863.923	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.836.039	2.708.025	2.996.764	2.818.090	

continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Solvi Essencis Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Grupo Solvi") é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonzalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP, controlada pela Solvi Participações S.A. ("Solvi Participações") com participação de 94% e da participação minoritária da Solvi Exc. Participações S.A ("Solvi Exc"), com 6% remanescente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Companhia e suas controladas" e individualmente como "Companhia"). Em 31 de dezembro de 2025 as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação estão descritas conforme nota explicativa 1.1.1.

1.1. Aquisições de empresas e efeitos na combinação de negócios: 1.1.1. Aquisições de empresas: **Catarinense Engenharia Ambiental S.A.:** A Catarinenses Engenharia Ambiental S.A. (denominada "Catarinense") presta os serviços de construção, instalação, operação e monitoramento, incluindo elaboração de projetos de uma Central de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Industriais, composta por um aterro para disposição de resíduos e seus órgãos acessórios e complementares na forma especificada no Termo de Concessão de Uso, celebrado em 03/05/1999, originário do Edital de Concorrência Pública nº 238/98, promovida pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Joinville-SC. A Solvi Essencis Ambiental S.A. ("Compradora"), em 16 de julho de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, adquiriu da Construtora Fortunato Ltda. (denominada "Fortunato" ou "Vendedor"), a participação societária de 9% na Catarinense, correspondente à 252 ações cujo valor nominal de R\$252 representativas do capital social da sociedade que declaram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, sob o valor de venda de R\$7.000, os quais R\$4.000 foram pagos à vista e o restante pago pela Compradora à Vendedora, em 16 de julho de 2024, com valor corrigido pela variação acumulada do IPCA desde a data de formalização do instrumento até a data do efetivo pagamento. A aquisição pela Solvi Essencis Ambiental contribui com a sua estratégia de aquisição do controle da empresa Catarinense que já possui com carteira de clientes estabelecida e com oportunidade de expandir seu *market share* com a operação em resíduos classe I e classe II, visando obter retornos futuros. Após essa operação, a Companhia passa a ser detentora de 63% das quotas da Catarinense. **b. Cotel S.A.:** A Cotel S.A. tem por objetivo prestar os seguintes serviços de engenharia ambiental, principalmente aos seus acionistas ("Braskem") e usuários locaisizados na área de influência do Polo Industrial de Camapari, no Estado da Bahia: **Efluentes líquidos** - coleta, transporte, tratamento e disposição final de efluentes industriais, os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação do sistema de efluentes líquidos através da Portaria INEMA nº 21.627/20. **Unidade de incineração de resíduos líquidos** - processamento e queima de resíduos líquidos orgânicos e perigosos, incluindo Acaral (PCBS), os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação da planta de incineração de líquido através da Portaria INEMA nº 23.980/21. **Unidade de incineração de resíduos sólidos** - processamento e queima de resíduos sólidos perigosos e contaminados com Acaral (PCBS), os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação da planta de incineração de sólido através da Portaria INEMA nº 23.980/21. **Unidade de resíduos sólidos** - disposição em aterros industriais, incluindo materiais compostos de amianto. Estocagem provisória, manuseio, triuração e blendagem de resíduos para tratamento térmico via coprocessamento, os quais estão submetidos aos condicionantes da licença de operação do sistema de disposição de resíduos especiais através da Portaria INEMA nº 25.589/22 e da licença de operação para processar resíduos e operar unidade de estocagem temporária de resíduos sólidos através da Portaria INEMA nº 23.618/21. **Gerenciamento Ambiental** - realiza atividades de gestão ambiental, de monitoramento da qualidade do ar, meteorologia e hidrometeorologia, de monitoramento de solo, águas subterrâneas e superficiais, efluentes, rios, mar e consultoria ambiental e remediação e gestão de áreas contaminadas, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação do polo industrial de Camapari através da Portaria INEMA nº 16.507/18. A Cotel detém participação societária direta na empresa a seguir: **(ii)** 100% das ações da Companhia Distribuidora de Água Camapari S.A., (denominada "DAC"), as atividades realizadas pela sua controlada, com base em contratos de serviços de longo prazo, são representadas preponderantemente pelo fornecimento de águas clarificadas, desmineralizada, potável e industrial conforme especificações estabelecidas, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da Portaria INEMA nº 27.186/22. **(iii)** 50% das quotas da Companhia Cotel Serviços S.A. (denominada "Cotelch"), a Cotelch resultante de um acordo de joint venture em 2021 entre a Cotel e a Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda., tem como objetivo prestar serviços de investigação e remediação de passivos ambientais nas instalações da Unidade Cloro Soda 2 da Braskem, no período de 12 anos, a partir da constituição da Companhia. Em 30 de setembro de 2024, nos termos do Contrato de Investimento, datado de 13 de junho de 2024, a Braskem transferiu para a GRI - Gerenciamentos de Resíduos Industriais S.A. a totalidade das ações de emissão da Cotel por ela detidas da seguinte forma: **(iii)** alienação da GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada "Nova GRI") de 498.436 (quatrocentos e nove mil e quatrocentos e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cotel de titularidade da Braskem, representativas de 24,46% (vinte e quatro vírgula quarenta e seis por cento) do capital social da Cotel ("Ações Cotel Alienadas") pelo valor de R\$23.500, dos quais R\$208.500 foram pagos à vista e o restante de R\$85.000 pago pela Companhia em 30 de setembro de 2025, e **(iv)** subscrição pela Braskem de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, representativas de 39,24% (trinta e nove vírgula vinte e quatro por cento) do capital social da Cotel, integralizadas por meio de aporte de 771.592 (setecentas e setenta e uma mil, quinhentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cotel de titularidade da Braskem, representadas pelo valor de R\$454.345, de modo que a totalidade da participação acionária detida pela Braskem de emissão da Cotel passou a ser diretamente detida pela "Nova GRI" e o capital social total da "Nova GRI" passou a ser derivado pela Solvi Essencis e pela Braskem ("operação"), observados os termos e condições previstos no Acordo de Investimento. Após essa operação, a "Nova GRI" passou a ser detentora de 63,70% das quotas da Cotel. Em 11 de novembro de 2024, por meio de um "Acordo de Investimento" entre a Companhia, a Braskem, a Nova GRI e a Placid Investimentos S.A. (denominada "Placid") - Holdco controlada pela Companhia (com 50,1%) e pela Braskem (com 49,9%) - mediante cisão parcial da Nova GRI e venda do investimento para a Cotel, a "Placid" passou a detêr a participação de 63,70% das quotas da Cotel. Com a aquisição da Cotel, o Grupo Solvi Essencis visa expandir sua atuação no mercado brasileiro e, a partir da sinergia entre as operações. Essa operação representa um passo estratégico importante, pois cria uma plataforma única de prestação de serviços integrados para atender as demandas do setor industrial brasileiro em nível nacional, impulsionando um futuro mais sustentável e inovador, ampliando o portfólio de serviços oferecidos aos nossos clientes, já que a Cotel tem papel relevante na gestão de processos ambientais das atividades do Polo Industrial de Camapari. **1.1.2. Valor justo reconhecido na aquisição:** O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Catarinense 16/07/2024	Ajuste (b)	Catarinense Ajustado	Cotel 30/09/2024	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6.604	-	6.604	108.785	115.389
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	16.346	16.346
Contas a receber de clientes	4.829	-	4.829	62.280	67.109
Estoque	618	-	618	13.462	14.080
Impostos a recuperar	1.428	-	1.428	19.499	20.927
Outras contas a receber	4.445	-	4.445	33.833	38.278
Adiantamento a fornecedores	56	-	56	782	838
Ativo fiscal diferido	724	-	724	-	724
Depósitos judiciais	-	-	-	4	4
Investimentos	-	-	-	1.099	1.099
Imobilizado	40.384	2.937	43.321	1.070.377	1.113.696
Direito de uso - Arrendamento	-	-	-	8.693	8.693
Intangível	1	-	1	163.065	163.066
Intangível - Relacionamento com clientes	-	-	-	63.981	63.981
Intangível - Licença de operação	23.223	3.171	26.394	80.368	106.762
28.212	6.008	88.420	1.642.574	1.730.994	
Passivos					
Fornecedores	675	-	675	22.150	22.825
Empréstimos e financiamentos	3.536	-	3.536	78.607	11.143
Debitores e notas comerciais	-	-	-	88.861	88.861
Passivo de arrendamento	-	-	-	6.922	6.922
Salários, benefícios e encargos sociais	1.043	-	1.043	24.834	25.877
Impostos, taxas e contribuições	436	-	436	9.137	9.573
Imposto de renda e contribuição social	1.778	-	1.778	6.721	8.503
Dividendos a pagar	-	-	-	954	954
Adiantamentos de clientes	11	-	11	298	279
Outras contas a pagar	-	-	-	26.041	26.041
Passivo fiscal diferido	12.125	2.076	14.201	249.939	264.140
Provisões	8.652	-	8.652	25.318	33.970
28.256	2.076	30.332	468.562	498.994	
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	54.056	4.032	58.088	1.174.012	1.232.100
Contraprestação e participação de não controladores	69.001	-	69.001	1.174.012	1.243.013
Ágio na aquisição (a)	14.945	(4.032)	10.913	-	- 10.913
(a) O ágio gerado representa a expectativa da Companhia em obter sinergias por meio da prestação integrada dos serviços aos seus clientes, além dos benefícios advindos da combinação dos ativos e das atividades contempladas na aquisição do negócio. Esse ágio foi integralmente alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) do Grupo Solvi Essencis, sendo inicialmente registrado no valor de R\$ 14.945.					
(b) Após um período de um ano desde o registro inicial, foi realizada uma reavaliação detalhada das mais-valias referentes aos ativos imobilizados e intangíveis, o que resultou em um ajuste no valor do ágio de R\$ 4.032, refletindo a atualização do valor justo desses ativos.					

1.1.3. Ativos intangíveis decorrentes da combinação de negócios: O valor justo dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios são detalhados abaixo, bem como a avaliação final, concluída dentro do período de 12 meses após as aquisições:

	Cotel 30/09/2024
Relacionamento com Clientes	63.981
Metodologia de avaliação	MPEEM (*)
Vida útil estimada	27 anos
Taxa de desconto	14,6%
Fonte de informação	Projeções internas da administração

	Catarinense	Licença I	Cotel	Licença II
Licenças de Funcionamento	26.394	29.727	50.641	
Metodologia de avaliação	Com e Sem (**)	Com e Sem (**)	Com e Sem (**)	
Vida útil estimada (i)	29 anos	3 anos	8 anos	
Taxa de desconto (ii)	14,2%	14,6%	14,6%	
Fonte de informação	Projeções internas da administração	Projeções internas da administração	Projeções internas da administração	

(i) As vidas úteis foram estimadas com base em referências internas.
(*) Método de Lucros Excedentes Multiperíodo (MPEEM)
(**) No cálculo das "licenças", foi utilizado o método "com e sem", de diferencial de fluxo de caixa assumindo "com" licença a empresa tem o desempenho esperado em seu orçamento e plano de negócios de longo prazo e "sem" licença a empresa teria um atraso de fluxo de caixa de 3 anos mais os custos das licenças.

1.1.4. Contraprestação paga: O valor justo da contraprestação paga na combinação de negócios foi a seguinte:

	Catarinense	Cotel	Total
Contraprestação em dinheiro paga aos acionistas vendedores	4.000	208.500	212.500
Consideração em dinheiro a ser paga aos acionistas vendedores	3.000	85.000	88.000
Remuneração da participação anteriormente detida (a)	42.000	454.345	496.345
Subscrição de ações (nota explicativa 1.1.1)	-	-	-
Contraprestação total transferida	49.000	747.845	796.845
Participação de não controladores nas aquisições (b)	20.000	426.167	446.168

Contraprestação e participação de não controladores total: **69.001** **1.174.012** **1.243.013**
(a) O Grupo reconheceu o ganho de R\$25.876 como resultado da mensuração a valor justo da sua participação anteriormente detida pela diferença do valor justo da participação de 54% que possuía antes da combinação de negócios, equivalente a R\$42.000, e o valor contábil de R\$18.125 registrado no momento da aquisição. O ganho está incluído em Outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2024.
(b) O Grupo reconheceu Participação de não controladores nas aquisições pela participação proporcional atual conferida pelos instrumentos patrimoniais nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos ao valor justo identificáveis da aquisição.

	Catarinense	Cotel	Total
Contraprestação em dinheiro paga aos acionistas vendedores	4.000	208.500	212.500
Caixa adquirido	(6.604)	(108.785)	(115.389)
Caixa líquido (adquirido)/pago da controlada	(2.604)	99.715	97.111

1.1.5. Custos relacionados com a aquisição: O Grupo apurou, até 30 de setembro de 2024, custos relacionados às aquisições montante de R\$12.734, reconhecidos na demonstração do resultado em despesas administrativas, além de R\$350 incorridos até 31 de dezembro de 2024 como custos adicionais relacionados às aquisições em 2024.

1.1.6. Demonstrações dos resultados: A demonstração de lucros ou perdas da data de aquisição até 31 de dezembro de 2024 para todas as empresas adquiridas em 2024 é apresentada abaixo:

	Catarinense 16/07/2024 ou 31/12/2024	Cotel 30/09/2024 ou 31/12/2024	Total 31/12/2024
Receita operacional líquida	26.981	149.825	176.806
Custo dos serviços prestados	(14.146)	(104.226)	(118.372)
Lucro bruto	11.835	45.599	57.434
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	(69)	(1.363)	(1.432)
Despesas administrativas	(1.507)	(17.194)	(18.701)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	394	2.528	2.922
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	75	75
Receitas e despesas operacionais líquidas	(1.182)	(15.954)	(17.136)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	10.753	29.645	40.398
Receitas (despesas) financeiras			
Despesas financeiras	488	3.740	4.228
(595)	(10.863)	(11.308)	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(17)	(7.063)	(7.080)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.736	22.582	33.318
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(2.488)	(2.730)	(5.218)
Diferido	(1.043)	(585)	(1.628)
Lucro líquido do período	7.205	19.267	26.472

A receita total e o lucro líquido do Grupo são apresentados abaixo em uma base proforma, assumindo que as aquisições ocorreram no início do ano de cada aquisição:

	01/01/2024 a 31/12/2024
Receita líquida total proforma	3.147.132
Lucro líquido proforma	323.133

Essas informações financeiras proforma são apresentadas apenas para fins informativos e não pretendem representar quais seriam os resultados das operações do Grupo se elas tivesse concluído a aquisição na data assumida, nem são necessariamente indicativos dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros. **1.2. Reestruturação societária: a. Solvi Saneamento Ltda.:** Em 18 de janeiro de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, a Companhia, transferiu para a Servy Participações em Saneamento Ltda., (denominada "SERVY"), de forma onerosa, a totalidade de sua participação na Solvi Saneamento S.A. (denominada "SOLVI SANEAMENTO"), representada por 552.673 (quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentas e setenta e três) quotas do capital social da sociedade. O valor do investimento SOLVI SANEAMENTO era de R\$4, com um valor de venda de R\$1, gerando uma perda na venda do investimento de R\$3. **b. Revita Engenharia S.A.:** Em 26 de março de 2024, a Revita Engenharia S.A. (denominada "REVITA"), realizou um aporte de capital na sua controlada Revita Bahia S.A. (denominada "REVITA BAHIA"), com acervo líquido registrado no balanço patrimonial da REVITA levantado em 29 de fevereiro de 2024, ao custo histórico constituído no valor de R\$127.246, mediante a transferência de ativo de investimento societário correspondente a 100% das quotas da "Revita - Bahia Transfêrência e Tratamento de Resíduos Ltda." - Termoverve Salvador S.A.; • Essencis BA S.A.; • Águas Claras Ambiental - Central de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda. Segue abaixo o acervo contábil aportado pela Revita Engenharia S.A. na Revita Bahia S.A.:

Ativo	127.246
Ativo Não Circulante	
Investimentos Societários	
Batthe - Bahia Transfêrência e Tratamento de Resíduos Ltda.	67.178
Termoverve Salvador S.A.	31.785
Essencis BA S.A.	14.608
Águas Claras Ambiental - Centro de Tratamento e Beneficiamento de Resíduos Ltda.	-
Total do Ativo	127.246
Capital Social a Integralizar no Aporte	127.246
c. GRI Coleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.:	
Em 30 de julho de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, a GRI Coleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada "GRI Coleta"), transferiu para sua controladora direta a Solvi Essencis, de forma onerosa, a totalidade de sua participação na GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada "Nova GRI"), correspondente à 23.546 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sob o valor de venda de R\$25.828. O pagamento será em até um ano à partir da data da transação.	
d. Emergencial Emergência Ambientais Ltda.:	
Em 05 de agosto de 2024, por meio de instrumento particular de "Cessão de quotas", a Solvi Essencis Ambiental S.A. (denominada "Solvi Essencis") transferiu para a Emergência Industriais S.A. (denominada "Nova GRI"), a totalidade de sua participação de 100% das quotas da Emergencial Emergência Ambientais Ltda. (denominada "Emergencial"), correspondente a 250 (duzentos e cinquenta) quotas sociais e com valor nominal de R\$1 (um real) cada uma, todas subscritas e integralizadas em favor da GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada "Nova GRI").	
e. GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.: Cisão Parcial:	
Em 11 de novembro de 2024, por meio de instrumento particular, ocorreu a cisão parcial da controladora da GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. denominada "Nova GRI", tendo entre seus ativos ações de emissão da Cotel S.A. As ações da "Nova GRI" detidas pela Solvi Essencis e a Braskem S.A. denominada "Braskem", onde em ato contínuo, o acervo cindido foi incorporada pela Placid Investimentos, denominada "Placid". Em 11 de novembro de 2024, a Solvi Essencis, acionista controladora da GRI e da Cotel, transferiu para sua controladora direta a Placid - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. (denominada "Placid"), a totalidade de sua participação de 100% das quotas da "Placid" incorporadora, para fins de reorganização societária, visando uma melhor organização das partes, com a segregação das atividades operacionais, de forma tal Acervo cindido possa ter uma estrutura de capital próprio, com esperada otimização de recursos materiais e financeiros, de modo que seus objetivos sejam alcançados com maior eficiência. A cisão servirá também para facilitar as decisões de investimento e desinvestimentos pelas partes de forma separada. Em decorrência da cisão parcial da Nova GRI e consequente a transferência do acervo cindido para a Placid, o capital social da Nova GRI foi reduzido em R\$654.573, correspondente ao valor líquido contábil do acervo cindido, de forma que o capital social da Nova GRI, passou de R\$653.200 para R\$28.946, sem o cancelamento das ações de emissões da Nova GRI, permanecendo o capital social reduzido em 474.397 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal distribuídas entre seus acionistas. Como resultado da incorporação do acervo cindido pela Placid, o seu capital social foi aumentado em R\$654.573, passando de R\$1, dividido em 1 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$654.574, dividido em 654.574 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a emissão de 654.573 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1 cada, subscritas e integralizadas, mediante acervo cindido, pelos acionistas da Nova GRI na incorporação da participação detida por cada em seu capital social. Após a cisão da Nova GRI e a incorporação da Placid, os respectivos capitais sociais estão distribuídos assim entre os seus respectivos acionistas:	

Companhia Cindida - Nova GRI		
Acionistas	Ações	%
Solvis Essencis Ambiental S.A.	237.673	50,1%
Braskem S.A.	236.724	49,9%
Total	474.397	100%
Companhia Incorporadora – Placid		
Acionistas	Ações	%
Solvis Essencis Ambiental S.A.	327.942	50,1%
Braskem S.A.	326.632	49,9%
Total	654.574	100%

Segue abaixo o acervo líquido contábil cindido na Nova GRI e aportado na Placid:

Total do Ativo	739.574
Ativo circulante	739.574
Ativo não circulante	739.574
Investimentos	739.574
Participação em investimento - Cotel	465.829
Ágio na aquisição investimento - Cotel	273.745
Total do Passivo	739.574
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	85.000
Obrigação aquisição por investimento - Cotel	85.000
Patrimônio líquido	654.574
Acervo cindido e incorporado	654.574

1. Venda de ações: Em 04 de dezembro de 2024, por meio de instrumento particular de compra e venda, a "Solvi Essencis", a "Braskem", vendem e transferem para sua controladora a "Cotel", de forma onerosa, a totalidade de sua participação na "Nova GRI", proporcionalmente conforme as suas participações de 50,1% pela Solvi Essencis e 49,9% pela Braskem, correspondente à 474.397 (quatrocentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sob o valor de venda de R\$15.485. Foi pago à vista nesta data o montante de R\$14.000 e o restante de R\$14.485 em 26 de fevereiro de 2025. O resultado da transferência de quotas imediatamente desinvestidas ("Preço de Aquisição"). Assim, o preço por ação pago à "Sanofi", foi de R\$303 ("Preço por Ação"). O resultado da transação de compra das ações da "Cotel", teve seu efeito registrado em reserva de capital da Companhia no montante de R\$522. Com uma redução da participação de não controladores de R\$3.766. A partir da aquisição dessas ações, a Companhia aumentou sua participação indireta na "Cotel". **f. Essencis Potiguar S.A.:** A Essencis Potiguar S.A., denominada "Essencis Potiguar", sociedade anônima de capital fechado, criada em 26 de novembro de 2025, com sede na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Cajazeiras, 4200, Zona Rural, terá suas atividades direcionadas com o foco na área de tratamento e destinação final de resíduos. Atualmente a "Essencis Potiguar" é sociedade integralmente detida pela Revita Engenharia S.A., denominada "Revita", controlada direta da Companhia, cujo capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$10, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações").

1.3. Controladas com contratos finais, desenvolvendo atividades operacionais com contratos de emergência ou informações relevantes: a. SBC Valvoterm de Resíduos Ltda. ("SBC"): Controlada indireta, sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de executar o contrato de Perícia Pública Privada ("PPP") relativo à implantação e operação do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo - SP. Em 05 de julho de 2017, foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a controladora e o Município de São Bernardo do Campo - SP, cujo objetivo foi a rescisão amigável e a antecipação do contrato firmado entre as partes. Esse instrumento estabeleceu as seguintes condições: i) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo do valor de R\$24.250 em quatro parcelas; ii) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250, em prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços; iii) a contratação, pelo Poder Concedente, de companhia de auditoria independente e de illada reputação, para realizar os levantamentos e avaliações necessárias para liquidação e apuração dos valores devidos em decorrência do contrato de PPP rescindido. Em 26 de dezembro de 2017, o instrumento de compromisso e rescisão contratual foi prorrogado as as atividades da SBC foram mantidas por meio de contrato emergencial por mais 180 dias a partir de 1º de janeiro de 2018. O término das atividades operacionais da SBC deu-se no dia 30 de junho de 2018. A liquidação do contrato de PPP com a controlada SBC ainda não foi concluída. A Companhia não possui participação direta na SBC, porém, devido ao fato de que a SBC é uma entidade econômica controlada pelos auditores contratados pelo Município e pela empresa contratada pela SBC para realizar o acompanhamento dos trabalhos, quando, em razão do alongado processo, em 09 de dezembro de 2020, a SBC ingressou com uma demanda condenatória contra o Município de São Bernardo do Campo, na qual pede: a) o pagamento das verbas contratualmente devidas como contraprestação à SBC e não pagas; b) o pagamento do equilíbrio econômico-financeiro que venha a ser apurado, pela redução do escopo do contrato e outros eventos ocorridos ao longo da execução contratual; c) o ressarcimento de outros prejuízos, bem como danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da rescisão contratual antecipada. Por meio dessa demanda, a SBC espera chegar a termos justos da rescisão contratual com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Após a distribuição do processo, a Prefeitura apresentou sua defesa e, ao contrário, o magistrado do caso nomeou o perito para realização de perícia econômica-procedural do caso. A perícia avaliará todas as questões fáticas da lide e responderá todos os quesitos, os quais já foram apresentados pelas partes envolvidas (SBCVR e Prefeitura). Atualmente, a Companhia não possui uma decisão judicial sobre o caso. Em 16 de julho de 2025, a empresa ajuizou Ação Judicial do Rito Branco perante o Tribunal Desaparcial de Justiça de São Bernardo do Campo, tendo como objeto os valores devidos à aquela data. Tal decisão decorre da necessidade de obter compromisso formal da EMACRUZ para a quitação dos débitos, bem como formalizar a discussão sobre a cobrança da dívida na ambiente judicial. A Sucursal possuía ainda em 31 de dezembro de 2025 um contrato a pagar a fornecedores no valor de R\$18.241. **1.4. Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A controlada indireta Guama Tratamento de Resíduos ("Guama") é proprietária e opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - "CPTIR Marituba-Para", desde 2015, sendo a solução para a destinação final de resíduos domiciliares dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba no Estado do Pará. Em razão de questões de natureza ambiental vinculadas à operação do CPTIR Marituba-Para, a Guama, suas controladoras e ações executivos e ex-executivos dessas entidades foram acionados judicialmente em 2017. As ações já transferidas foram encerradas sem qualquer condenação efetiva. Nas ações ainda em andamento, o CPTIR Marituba-Para segue demonstrando com base em laudos de monitoramento regular os valores apresentados ao órgão licenciador e ao conselho gestor, sendo o monitoramento realizado, que não houve qualquer contaminação temporária aumento de incidência de doenças atribuído à sua operação. Em fevereiro de 2025, após ter o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido que o prego praticado pela CPTIR Marituba-Para era insuficiente para cobrir o custo operacional, audiências de conciliação presididas pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Desembargador do TJPA, que contam com a participação do Estado do Pará, municípios de Marituba, Ananindeua e Belém, concessionária local e CPTIR Marituba-Para, resultaram em um novo acordo pela continuidade das operações até dezembro/25, com readequação das condições comerciais. Já em dezembro de 2025, o CPTIR Marituba-Para, concessionária local e demais entes públicos associados, firmaram um novo acordo judicial estabelecendo a prorrogação da operação até junho/2027, com o novo prego vigente a partir de janeiro de 2026, até que os

➤continuação

surração subsequente Instrumentos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e de suas controladas e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("teste SPF"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPF, os ativos financeiros são mensurados em: **• I) ao valor justo por meio do resultado ("VJR")**: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR") se os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado na CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR: **• e** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; **e** **•** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativamente simples ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• e** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é avaliar o objetivo tanto no recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; **e** **•** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se ele eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira como o negócio é gerido e os impactos econômicos para os detentores do ativo financeiro. As informações consideradas incluem: **•** as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas; **•** os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; **• e** a frequência, o volume e o momento de vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores à venda dos ativos. Os resultados líquidos são os resultados líquidos da Companhia e suas controladas antes de impostos e de transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros ("Teste SPF")** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. As "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor "principal" em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar o principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: **•** eventos contingentes que modifiquem o valor do ativo ou a época dos fluxos de caixa; **•** termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; **•** o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor que o valor de mercado, a Companhia e suas controladas não o avaliam com base no valor de mercado, mas sim com base no valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. Outro reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros pagada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. Outro reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

c) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas não reconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou extinta. A Companhia e suas controladas também não reconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo ativo ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **d) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e ter a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos ou realizam operações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **f) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **228. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: **•** ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; **•** investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e **•** ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: **•** títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; **e** **•** outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ou de não pagamento do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com conta a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia e suas controladas determinam as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes privados, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu pagamento e manutenção de registros de entidades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: **• e** pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou **•** o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outros. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses a partir da data do balanço em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostos ao risco de crédito. **229. Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com potencial prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **•** dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; **•** quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos; **•** reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais; **•** a probabilidade que o devedor entre em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou **•** o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de falências financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é deduzida do resultado e reconhecida no balanço patrimonial bruto do ativo financeiro e baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da caixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor devido. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O dágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução de qualquer ativo ou UGC no grupo de UGCs que não é UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a dágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido do depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **230. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos ci-**

SOLVÍ ESSENCIAS AMBIENTAL S.A. CNPJ: 40.263.170/0001-83

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pendente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026. **• IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação. A IFRS 18 introduz novas exigências para: **•** Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado; **•** Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e **•** Melhorar os requisitos de agregação e desagregação de informações. Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, finanças, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados. É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período com parativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre: **•** Os valores representados ao aplicar a IFRS 18; e **•** Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPQ 26). A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026. **• IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pela IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidades públicas, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos. O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte. A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório: **•** Para uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária); **•** Não tiver responsabilidade pública; e **•** Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS. Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso: **•** Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público; ou **•** estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo valores de valores nacionais ou estrangeiros, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou **•** Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretores/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros). Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adota a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas. A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 7, as exigências de divulgação relacionadas à Falha de Conversibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

a. Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afetadas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **•** Nota explicativa nº 8 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber. **•** Nota explicativa nº 14 – Consolidação: Determinação se a Companhia e suas controladas detêm de fato controle sobre uma investida; **•** Nota explicativa nº 14 – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se a Companhia e suas controladas detêm influência significativa ou controle em conjunto sobre uma investida; **•** Nota explicativa nº 14 – Classificação de negócios em conjunto; **•** Nota explicativa nº 16 – Arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento; e **•** Notas explicativas nº 15 e 17 – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização; **•** Notas explicativas nº 15 e 17 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de descontinuação e dágio; **•** Nota explicativa nº 24 – Recuperação e mensuração para provisões de fechamento e pós fechamento de contrato, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Arrendamento de riscos financeiros: Esta seção apresenta informações sobre a exposição do Grupo Solvi para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Solvi, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Solvi. As atividades do Grupo Solvi o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo o risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contratos públicos e risco de preço e potencial), risco de crédito e risco de liquidez. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que são aprovadas e acompanhadas pelo Conselho de Administração. O Grupo Solvi não possui instrumentos financeiros derivativos nas datas objeto destas demonstrações financeiras. **b. Risco de mercado: Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo Solvi ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo Solvi (quando receitas ou despesas são determinadas a uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo Solvi) e aos investimentos líquidos do Grupo em controladas no exterior. As operações efetuadas pelo Grupo Solvi no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas da controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo Solvi em investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo apresentamos os valores em reais (BR), que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: novo sol peruano (SOL), boliviano (BOB) e peso argentino (ARS).

31 de dezembro de 2025											
	Vega			Cia de Inova			Cia Vega				
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Inversões	Peru	Peru	Peru	Peru	Peru		
Ativo	541	60.486	41.884	201.387	195.810	195.210	541	60.486	41.884		
Ativo circulante	491	241	6.489	130.428	131.580	131.580	491	241	6.489		
Ativo não circulante	50	60.245	-	200.827	65.382	117.222	50	60.245	-		
Ativo permanente	-	-	35.395	-	-	-	-	-	35.395		
Passivo	541	60.486	41.884	201.387	195.810	195.210	541	60.486	41.884		
Passivo circulante	176	18.872	12.88	4	33.200	5.485	176	18.872	12.88		
Passivo não circulante	41.057	35.377	-	1.336	127.954	73.258	41.057	35.377	-		
Exposição	(40.682)	6.237	41.756	200.647	34.656	116.467	(40.682)	6.237	41.756		
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL	SOL	BOB	ARS		

	Vega			Cia de Inova			Cia Vega				
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Inversões	Peru	Peru	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina		
Ativo	546	62.348	41.884	201.387	195.810	195.210	546	62.348	41.884		
Ativo circulante	491	51.416	8.426	8.569	105.472	84.640	491	51.416	8.426		
Ativo não circulante	55	16.332	-	198.227	70.877	105.416	55	16.332	-		
Ativo permanente	-	-	43.267	-	-	-	-	-	43.267		
Passivo	546	62.348	51.693	206.796	176.349	190.056	546	62.348	51.693		
Passivo circulante	10.276	63.347	248	523	25.434	3.291	10.276	63.347	248		
Passivo não circulante	31.752	-	-	882	131.941	81.057	31.752	-	-		
Exposição	(41.482)	5.001	51.445	205.391	18.974	105.708	(41.482)	5.001	51.445		
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL	SOL	BOB	ARS		

	Vega			Cia de Inova			Cia Vega				
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Inversões	Peru	Peru	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina		
Ativo	546	62.348	41.884	201.387	195.810	195.210	546	62.348	41.884		
Ativo circulante	491	51.416	8.426	8.569	105.472	84.640	491	51.416	8.426		
Ativo não circulante	55	16.332	-	198.227	70.877	105.416	55	16.332	-		
Ativo permanente	-	-	43.267	-	-	-	-	-	43.267		
Passivo	546	62.348	51.693	206.796	176.349	190.056	546	62.348	51.693		
Passivo circulante	10.276	63.347	248	523	25.434	3.291	10.276	63.347	248		
Passivo não circulante	31.752	-	-	882	131.941	81.057	31.752	-	-		
Exposição	(41.482)	5.001	51.445	205.391	18.974	105.708	(41.482)	5.001	51.445		
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL	SOL	BOB	ARS		

R. Risco de liquidez: A liquidez do Grupo Solvi depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Solvi, por faixas de vencimento, quanto ao vencimento.			
Em 31 de dezembro de 2025		Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos (a)		53.271	
Fornecedores e outras contas a pagar		90.690	
Mútuos a pagar à partes relacionadas		-	
Debitores e Notas comerciais (a)		551.189	
Passivo de arrendamento (a)		-	
		695.150	
Em 31 de dezembro de 2024		Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos (a)		39.377	
Fornecedores e outras contas a pagar		138.981	
Mútuos a pagar à partes relacionadas		-	
Debitores e Notas comerciais (a)		466.481	
Passivo de arrendamento (a)		6.572	
Contas a pagar por aquisição de investimento		2.750	
		654.161	

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

2025

2024

<

SOLVÍ ESSENCIAS AMBIENTAL S.A. CNPJ: 40.263.170/0001-83									
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Planos de contribuição definida: Aos funcionários que aderam, a Companhia e suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos incorridos com a manutenção do plano totalizam R\$1.251 na controladora e R\$4.853 no consolidado (Em 31 de dezembro de 2024 R\$983 na controladora e R\$2.487 no consolidado), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado. Participação nos resultados: Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados e empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e da qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos, o valor na Controladora de R\$14.360 e no consolidado o valor de R\$45.110 em 31 de dezembro de 2025 (R\$14.080 na Controladora e R\$40.431 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024).									

24. PROVISÕES				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	4.319	3.988	55.288	64.660
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	23.930	34.847	93.415	169.055
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	234	399	22.088	14.826
Provisão para obrigações contratuais futuras	1.521	2.710	18.618	11.642
	30.004	41.944	189.409	260.183

(a) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Grupo Solví é parte em processos ju-

Em 31 de dezembro de 2025, além das demandas providcionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Solví com prognósti- cismo estimado de perda possível, totaliza R\$208.086 Controladora e R\$892.308 no Consolidado (R\$207.761 Controladora e R\$862.202 Consolidado em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$24.771 em 31 de dezembro de 2024 são oriundos da combinação de negócios na aquisição do Grupo Cetrel, os principais processos com estimativa de perdas possíveis referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais.

Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
15746.720880/2020-85	Trata-se de apuração de cobrança de PIS/COFINS, referente ao período de 01/2016 a 12/2017, pela suposta inexistência das Es- criturações Fiscais Digitais prestadas pela empresa. O processo aguarda julgamento do recurso cabível.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 7.744
15746.725070/2023-22	Processo administrativo tem por objeto atos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bauru para exi- gência de créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados no ano de 2019, acessados de multa proporcional e juros.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 11.301
5006643-44.2020.4.03.6182	Execução Fiscal ajuizada em 16/03/2020 visando a cobrança de IRPJ e CSLL referente ao período de agosto de 1996, cuja divi- da foi constituída por uma empresa que não possui vínculo ao Grupo Solví, sob fundamento de que haveria sucessão tributária às empresas ligadas ao Grupo Solví	Valor envolvido na ação, com indica- ção de prognóstico possível: R\$ 18.347
15746.722800/2021-71	Trata-se de PIS e Cofins apurados no ano calendário 2017. Questionamentos relacionados aos créditos – Débito suspenso em razão de impugnação tempestiva nos termos do inc. III, art. 153 do CTN.	Valor envolvido na ação, com indica- ção de prognóstico possível: R\$5.890
1544122-50.2020.8.26.0090	Trata-se de execução fiscal com objetivo de condenar a empresa ao pagamento de Imposto de Transmissão de Bens/móveis – ITBI, supostamente incidente sobre operação imobiliária decorrente deperação societária (incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica), tendo a transferência do imóvel ter sido utilizada para integração de capital social. Foi determinada a realização de percia que foi favorável ao contribuinte.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 7.007
0800677-59.2021.8.14.0013	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará com pedido de condenação de danos materiais e mo- rais decorrentes, sob a alegação de que os R\$ adotaram condutas que, supostamente, resultaram em dano ambiental provenientes das “queima irregular de chorume” durante o processo de fabricação de cimento pela CIBRASIA. Segundo as alegações, o uso do choru- me em seus fornos supostamente resultou na poluição atmosférica. Já apresentada manifestação prévia. Aguarda-se a citação dos Réus para apresentação de contestação, assim como, pela deliberação sobre o pedido de liminar formulado pelo Ministério Público.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000
0801162-69.2019.8.14.0097	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará com objetivo de condenar as empresas por dano ambiental, decorrente do suposto lançamento de chorume em local inadequado. Para realizar o transporte de chorume do aterro- no sanitário a Estações de Tratamento de Efluentes, a Guamã tem contratado transportadora terceirizada, sendo que seus fun- cionários, ignorando os treinamentos e orientações, realizaram o lançamento do efluente. Juntada manifestação prévia sobre o pedido de tutela de urgência. Desde então, aguarda-se a citação das empresas-réus para apresentar a contestação.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 10.000
0034860-11.2015.8.14.0031	Trata-se de ação popular movida pelos Srs. Erica Markete Aires da Silva e Carlos Andre Ferreira Nai, tendo como objeto anu- lar o contrato celebrado entre a Prefeitura de Belém e a Guamã, firmado no ano de 2015, para realização do tratamento dos res-íduos sólidos provenientes do aterro. Segundo as alegações dos Autores, a contratação deveria ser precedida por licita- ção, o que não teria ocorrido, apesar de inexistir outro local adequado ao tratamento dos resíduos sólidos. A Guamã apresen- tou sua defesa, alegando de que a contratação foi formalizada dentro do rito legal e que não houve nenhum dano ao arário ou ao meio ambiente. Em manifestação do MP, opinou pela extinção do processo sem julgamento pela perda do objeto. Em ju- lho/2022, o Juiz se declarou incompetente e determinou a remessa do processo à Marituba/PA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.400
544/2017	O processo tem início com a apresentação do parecer técnico n.º 04/2014 pela Controladora Geral do Município de Salvador (“CGM”), por meio do qual se analisou o pedido de concessão de uso de 2013, por meio do qual se analisou os reajustamentos anteriores, notadamente o processo de revisão de preços do Contrato de Concessão, formalizado por meio de aditivo contratual no ano de 2010. As objeções da BATFRE ao citado parecer foram elencadas em uma primeira manifestação nos autos, protocolada no dia 24 de novembro de 2014.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 39.695
0806864-77.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos am- bientais, sob fundamento da suposta operação inadequada do empreendimento. Postula-se a suspensão de forma progressiva do recebimento de resíduos e indenização por danos morais coletivos. Aguarda-se a expedição do mandado de citação. A Gua- mã destaca que toda a operação é desempenhada nos estritos termosde sua licença, assim como, os monitoramentos ambien- tais não apontam por qualquer tipo contaminação decorrente das operações do aterro sanitário. Apresentada a contestação, o Ministério Público se manifestou. Aguardando prosseguimento do feito.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000

0806758-18.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento de que a Guamã recebe resíduos industriais, que não estariam autorizados em sua licença. Aguarda-se expedição de mandado de citação. Importante destacar que a Guamã realiza apenas o recebimento de resíduos domésticos. Da mesma forma, os monitoramentos ambientais não demonstram qualquer forma de contaminação decorrente das operações do aterro.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000
0111581-74.2013.8.19.0029	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de Mage/ RJ, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de suposto descumprimento de obrigação acessória e falta de recolhimento de ISS entre os anos de 2004 e 2007. A empresa apre- sentou a exceção de pré-executividade, considerando que a Solvi Essencias Ambiental goza de isenção de ISS até o ano de 2025. Não obstante, foram constatados vícios substanciais na formação do título da CDA, o que inviabiliza a execução judicial. Em maio/2022, o Juiz decidiu por inadmitir a exceção de pré- executividade, cuja questão será levada ao TJRJ Interposto Agravo de Instrumento, foi ele improvido. Interposto Recurso Especial e Extraordinário, aguardando apresentação de contestação para julgamento de admissibilidade. Ainda, a empresa apresentou nos autos da Execução Fiscal uma Apólice de Seguro Gar- rantia, oportunizando o seu prazo para oposição de Embargos à Execução Fiscal, o qual pendde julgamento.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$166.704
5010136-42.2020.8.21.0023	Execução fiscal de valores supostamente recebidos a maior pela Rio Grande Ambiental, na vigência do contrato de concessão. Débito originário da liquidação do Contrato de Concessão, com base em apuração realizada por órgão técnico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Em julgamento definitivo, o plenário do TCE-RS afastou parte deste suposto “débito”. Com base nessa alegação, foi apresentada pelo RGA Exceção de Pré-Executividade, considerando ainda que não houve condenação à restituição de valores pelo TCE, que determino a realização de perícia técnica para nova apuração, em novo procedimento ad- ministrativo. A execução fiscal foi suspensa por decisão judicial, até o julgamento da exceção apresentada pela RGA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$37.589
0334940-52.2014.8.13.0433	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juiz. Após análise do seguro garantia pela MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos au- tos a Defesa Prévia da Revista. Em março/2020, foi admitida pelo Juiz a ação de improbidade administrativa, determinando a citação de todos os Réus/Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revista, o prognóstico de perda é possível.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$15.000
15758.720024/2021-36	Trata-se glosa de créditos de PIS e Cofins por suposta divergência de créditos na EFD referente ao ano de 2016. Houve parcial reconhecimento quanto aos insumos creditados ainda estando pendente a avaliação do recurso voluntário interposto pela LOGA para obter-se o reconhecimento integral dos insumos creditados pela Companhia.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$25.736
0008442-84.2013.8.08.0006	Trata-se de ação indenizatória movida por dois fazendeiros, visando o ressarcimento de danos materiais, lucros cessantes e danos morais decorrentes a suposta produção de fertilizante produzida pela Organizaçao Ambiental S.A., antiga controla- dora da Organosvi, que resultou na perda das suas respectivas plantações. O processo encontra-se em fase instauração.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$20.198
15588-720.168/2021-91	Trata-se de Autos de Infração de IRPJ e CSLL, lavrados em virtude de suposta exclusão indevida da base de cálculo dos tribu- tos e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sob a base estimada no período compreendido entre 2016 e 2019, em decorrên- cia da amortização indevida de ágio interno. Além do lançamento de crédito tributário, com aplicação de multa isolada e multa qualificada, a autuação ensejou a glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 159.932
15588-720.258/2020-00	Trata-se de Autos de Infração de IRPJ e CSLL, lavrados em virtude de suposta exclusão indevida da base de cálculo dos tribu- tos e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sob a base estimada no período compreendido entre 2015 e 2018, em decorrên- cia da amortização indevida de ágio interno. Além do lançamento de crédito tributário, com aplicação de multa isolada e multa qualificada, a autuação ensejou a glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 49.308
1048902-19.2025.4.01.3300	Trata-se de Execução Fiscal (tem por objeto o crédito tributário originário do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 13074.747.232/2024- 99 (ID 2170503023), remanescente do PAF nº 10580.720389/2019-21. O referido crédito decorre da exigência de contribuição adicio- nal ao RAT por suposta exposição dos seus trabalhadores a agentes nocivos (arts. 5º, 6º, da Lei nº 8.213/91).	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$9.673
0007081-97.2002.8.05.0039 (nº anterior 358933-6/2004)	Cobrança dos créditos de nº 35.079.630-D (PAT do período de 01/91 a 12/96); 35.079.631-9 (PAT do período de 01/98 a 12/98); 35.079.635-1 (contribuição de salário-decuidado); e 35.079.642-4 (PAT período de 01/99 a 03/01).	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 9.306

(b) Fechamento e pós fechamento de aterro: A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obri- gações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamen- to. Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calcula- das especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em o- peração e que não são mais necessárias. Monitoramento ambiental da qualidade das águas subte- rrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado. Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro. Manutenção e substituição de popes de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.). Custos de tratamento de percolado, e Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado. A provisão de pós- fechamento do aterro, registrada nas demonstrações financeiras ao final de cada ano/período, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por e para o site (por lote com padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada site (dependendo de sua vida residual). O Grupo Solví reconhe- ceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sa- nitários no montante de R\$33.415 e R\$169.055 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas ne- cessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa média de juros de 10,30% em 31 de decem- bro de 2025 (8,64% em 31 de dezembro de 2024). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

(c) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	34.847	64.070	169.055	210.747
Constituição de provisão	3.664	5.993	17.682	28.759
Reversão / realização da provisão	(14.581)	(35.216)	(91.569)	(92.841)
Variação cambial	-	-	(1.733)	(727)
Combinação de negócios	-	-	-	23.175
Saldo final	23.930	34.847	93.415	169.055
c) Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Guamá Tratamento de Resíduos (i)	-	-	7.764	7.550
CRVR - Riograndense valorização de resíduos (ii)	-	-	11.513	4.674
Battra - Bahia Transf. e trat. de resíduos	-	-	723	703
SCA - São Carlos Ambiental	-	-	947	807
Outras	234	399	1.141	892
	234	399	22.088	14.826

(i) Refere-se a gastos futuros com o tratamento do chorume depositado em lagoas. A provisão é avaliada de acordo com a realização do efetivo gasto, mediante a contabilização dos do- cumentos fiscais correspondentes.

(ii) Refere-se ao volume de estocagem de chorume com alta demanda de chuvas que ocor- ram na região Sul do País.

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

Controladora				
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	34.847	64.070	169.055	210.747
Constituição de provisão	3.664	5.993	17.682	28.759
Reversão / realização da provisão	(14.581)	(35.216)	(91.569)	(92.841)
Variação cambial	-	-	(1.733)	(727)
Combinação de negócios	-	-	-	23.175
Saldo final	23.930	34.847	93.415	169.055
c) Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Guamá Tratamento de Resíduos (i)	-	-	7.764	7.550
CRVR - Riograndense valorização de resíduos (ii)	-	-	11.513	4.674
Battra - Bahia Transf. e trat. de resíduos	-	-	723	703
SCA - São Carlos Ambiental	-	-	947	807
Outras	234	399	1.141	892
	234	399	22.088	14.826

d) Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para obrigações contratuais futuras, foi impactado pe- los custos da rescisão do contrato de concessão no montante de R\$7.918 na Innova Ambiental S.A. (31 de dezembro de 2024 foi impactado pela Combinação de negócios no montante de R\$5.003 e dos Custos a incorrer de R\$4.985 na Cetrel)

25. ÔNUS DE OUTORGA

Controladora				
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	399	664	14.826	13.219
Constituição de provisão	457	509	18.551	4.704
Reversão da provisão	(622)	(774)	(11.289)	(3.097)
Saldo final	234	399	22.088	14.826
d) Em 31 de dezembro de 2025 a provisão para obrigações contratuais futuras, foi impactado pe- los custos da rescisão do contrato de concessão no montante de R\$7.918 na Innova Ambiental S.A. (31 de dezembro de 2024 foi impactado pela Combinação de negócios no montante de R\$5.003 e dos Custos a incorrer de R\$4.985 na Cetrel)				

Controladora				
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	399	664	14.826	13.219
Constituição de provisão	457	509	18.551	4.704
Reversão da provisão	(622)	(774)	(11.289)	(3.097)
Saldo final	234	399	22.088	14.826

25.1. Investimentos futuros: Compreende a realização de investimentos adicionais no valor de R\$508.413 (data-base em outubro de 2023) registrado em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$448.197 e atualizados anualmente pelo IPCA, distribuídos da seguinte forma: **25.1.1.** Implantar até o final do ano 2 (dois) posterior a prorrogação a Estação de Transferência e Triagem Oeste, em área s ar adquirida pela Concessionária na região oeste do município, com capacidade de rece-

Solví Essencias Ambiental S.A. CNPJ: 40.263.170/0001-83

26. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO
As aquisições mencionadas na nota 11 geraram contas a pagar segundo os contratos firmados entre as partes. Os saldos a pagar estão detalhados a seguir:

Controladora				
	2025	2024	2025	2024
Participação societária adquirida da empresa:				
Catariense Engenharia Ambiental S.A (a)	-	2.750	-	2.750
Contraprestação - Cetrel S.A e controladas (b)	-	-	-	85.000
Contraprestação - Braskem S.A e controladas (c)	-	-	-	4.737
	-	2.750	-	4.737
Consolidado				
	2025	2024	2025	2024
(a) A Companhia em 16 de julho de 2024, adquiriu da Consutora Formata Ltda. a participação societária de 9% na Catariense, sob o valor de venda de R\$7.000, dos quais R\$4.000 foram pa- gos à vista e o restante pagos em 16 de julho de 2024, da data de assinatura do instrumento de compra e venda, com valor corrigido pela variação acumulada do IPCA (nota explicativa 1.1.a) GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. ("Nova GRI") adquiriu da Braskem S.A ("Braskem"), ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Cetrel, repre- sentativas de 24,46% do capital social ("Ações Cetrel Alienadas"); pelo valor de R\$293.500, dos quais R\$208.500 foram pagos à vista e o valor restante corrigido de R\$95.050 foi pago pela Companhia em 30 de setembro de 2025. (nota explicativa 1.1.b)	-	-	-	-
(b) Cetrel S.A. em 04 de dezembro de 2024 adquiriu da Braskem S.A ("Braskem"), ações ordi- nárias, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Nova GRI, representativas de 49,1% do capital social da Nova GRI ("Ações Nova GRI Alienadas"), pelo valor de R\$85.813, dos quais R\$4.990 foram pagos à vista, R\$75.546 paga pela Cetrel em 26 de fevereiro de 2025. (nota explicativa 1.1.b)	-	-	-	-

27. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS	4.660	4.875	22.211	26.545
PIS	1.106	1.649	8.560	12.745
Cofins	5.145	7.595	38.945	58.913
ICMS	177	531	4.303	2.854
IRPJ	2.150	2.644	6.562	7.286
ISS Retido	4.478	4.989	6.973	4.520
Parcelamentos fiscais(a)	201	305	2.359	2.264
IRPJ/CSLL	-	-	3.310	1.101
Outros	863	395	2.567	4.604
	14.780	18.482	131.244	164.810
Circulante	14.780	18.482	127.351	162.150
Não circulante	-	-	3.893	2.660

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
A Companhia e suas controladas possuem registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme per- mitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Diferenças temporárias:				
Reavaliação de terreno de aterro	(443)	(526)	(2.778)	(2.862)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	-	-	(37.282)	(28.455)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	9.610	21.784	19.691	50.039
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.225	1.124	4.977	9.745
Provisões contingências	1.336	2.088	9.607	15.346
Provisão de transporte de chorume	79	305	4.818	3.460
Provisão de participações no resultado	3.448	939	7.535	5.034
Prejuízo fiscal acumulado	67.590	66.743	77.086	91.145
Marx value de ativos	2.104	1.383	-	-
IFRS 16	(4.475)	1.674	897	6.516
Provisão para baixa em estoque	-	-	14	(162)
Benefícios pós emprego	642	-	3.241	1.780
Provisão conscientização população	-	-	312	312
Ajuste a valor presente	7.763	-	13.627	-
Provisão Processos Ambientais	133	296	217	300
Custo de aquisição de debêntures	-	-	-	-
Outros	15.320	8.639	17.249	1.924
Compensação de Menções	-	-	(242.385)	(262.064)

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A. CNPJ: 40.263.170/0001-83									
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Resumo dos principais contratos de concessão:									
Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2024	R\$ 1.478.652	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual.	Reforma do transbordo e Centra de triagem Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de ecoparque com diversas tecnologias; construção de usina de recuperação energética e renovação de frota de veículos.	Contrato renovado com Poder Concedente	A cada 4 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro/2012 foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato. Em 13 de junho de 2024, a LOGA assinou o termo de renovação contratual estendendo por 20 anos o prazo contratual, a partir do vencimento original em outubro de 2024. O termo de aditamento trata também dos passivos contratuais apurados no fechamento do reequilíbrio do ciclo inicial.
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos S.A.	Implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Metropolitan Centro. Operação e manutenção da Estação de Transbordo	22º Aditivo ao Contrato de Concessão - Concorrência nº 004/1999, assinado em 24 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024 prorrogando essecontrato por mais 20 (vinte) anos.	R\$ 147.532	Serão apurados anualmente mediante a previsão da utilização da variação do IPCA.	100% dos itens necessários para execução do contrato.	O contrato dará andamento aos serviços executados no aterro e no transbordo que já conta com a devida licença ambiental e executar os projetos de investimentos previstos para os 20 anos de contrato.	O Contrato de Concessão nº 001/1999 foi renovado por mais 20 anos a contar de 31 de dezembro de 2024..	Para o novo período de contrato foram reguladas apurações de receitas acessórias para valorização energética de biogás e recebimento de resíduos de outros municípios.	Durante a vigência dos 20 anos do contrato de concessão (até 29 de dezembro de 2019), foram assinados 22 aditivos e o último, o 22º, assinado em 24 de janeiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2024, referente a prorrogação do prazo do contrato por mais 20 (vinte) anos.
São Carlos Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos LTDA	Execução dos serviços de limpeza pública no município de São Carlos	O contrato será celebrado até a vigência de 20 anos, prorrogável por mais 10 anos a partir de 23 de agosto de 2010	R\$ 33.406	O valor contratado será ajustado a cada 12 meses contados da data da assinatura do contrato, pelo IPCA/IBGE	Os ativos reversíveis são de 100% dos itens necessários para execução do serviço escopo de concessão.	Coleta de resíduos sólidos domiciliares e resíduos de saúde e seu transporte até o local indicado pelo contratante.	A São Carlos apresentou em 28 de fevereiro de 2025 a modalidade segura garantia correspondente a 5% do valor anual do contrato para a garantia do contrato	Todos os bens relacionados na proposta vinculam-se a concessão. Os bens imóveis ao aterro adquirido para os fins deste contrato integram a concessão e converterão ao patrimônio municipal, após encerramento do resultado	Contrato de concessão nº 119/2010 mantido.

38. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definição do IAS 33 – Lucro por ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao lucro por ação diluído. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

Lucro atribuível aos acionistas da Companhia		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)		
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)		
Média ponderada de ações ordinárias (básico e diluído)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação		

39. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Grupo Solví aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis conforme abaixo:

- Energia verde;
- Soluções industriais; e
- Tratamento de resíduos.

Abaixo demonstração do resultado do exercício por segmento:

	Consolidado 2025						
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administrativas a nível de Grupo	Consolidado
Receitas							
Nacional	88.616	828.801	2.772.173	3.689.590	(310.331)	-	3.379.259
Internacional	-	-	134.919	134.919	-	-	134.919
Total Receita	88.616	828.801	2.907.092	3.824.509	(310.331)	-	3.514.178
Clientes externos							
Nacionais	87.653	818.332	2.473.274	3.379.259	-	-	3.379.259
Internacionais	-	-	134.919	134.919	-	-	134.919
Intersegmento	963	10.469	298.899	310.331	(310.331)	-	-
	88.616	828.801	2.907.092	3.824.509	(310.331)	-	3.514.178
Outras receitas e despesas							
Custos Diretos e indiretos	(65.489)	(547.689)	(1.535.928)	(2.149.106)	301.329	-	(1.847.777)
Despesas Administrativas	(2.365)	(87.582)	(271.185)	(361.132)	13.035	-	(348.097)
Depreciações e amortizações	(12.847)	(76.572)	(243.491)	(332.910)	-	-	(332.910)
Resultado financeiro	(1.393)	2.713	(45.724)	(44.404)	-	-	(44.404)
Custos de empréstimos	-	-	-	-	52	(378.835)	(378.783)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.219	(7.785)	(45.900)	(52.546)	4.485	-	(48.061)
Participação nos lucros das coligadas	-	173	30.334	30.507	-	-	30.507
Imposto	-	-	-	-	-	(226.156)	(226.156)
Lucro (prejuízo) do segmento	7.741	112.059	795.118	914.918	8.570	(604.991)	318.497

	Consolidado 2025						
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administrativas a nível de Grupo	Consolidado
Investimentos em coligadas	39.531	1.189	198.325	239.045	-	-	239.045
Despesas de capital	117.997	86.603	458.397	662.997	-	32.787	695.784
Receitas intersegmento são eliminadas no momento da consolidação e refletidas na coluna “Ajustes e eliminações”. Todos os demais ajustes e eliminações formam parte das conciliações detalhadas							

	Consolidado 2024						
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administrativas a nível de Grupo	Consolidado
Receitas							
Nacional	78.268	344.325	2.390.523	2.813.116	(233.715)	-	2.579.401
Internacional	-	-	96.085	96.085	-	-	96.085
Total Receita	78.268	344.325	2.486.608	2.909.201	(233.715)	-	2.675.486
Clientes							
Nacional	77.614	337.236	2.164.551	2.579.401	-	-	2.579.401
Internacional	-	-	96.085	96.085	-	-	96.085

O Conselho de Administração	A Diretoria Executiva	Contador: Carlos Alberto Vieira - CRC 1SP206556/O-0-S-RS
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas		

Aos Administradores e Acionistas
Solví Essencis Ambiental S.A. São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Essencis Ambiental S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Atividades operacionais da controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”). Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras que descreve sobre o termo de acordo para a continuidade da prestação dos serviços da controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) até 30 de junho de 2027. Em 31 de dezembro de 2025, a Guamá possui ativos totais de R\$88.801 mil (R\$86.001 mil em 2024) e passivos totais de R\$44.922 mil (R\$49.608 mil em 2024) registrados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, as operações da Guamá vêm sendo financiadas, basicamente, através de recursos fornecidos pela controlada Revita Engenharia Ambiental S.A. conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Ênfase”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

AVALIAÇÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ÁGIO

Conforme descrito na nota explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2025 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$22.857 mil na controladora e R\$173.575 mil no consolidado. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desvalor podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

- Como nossa auditoria conduziu esse assunto
- Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:
- (i) Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
 - (ii) Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
 - (iii) Teste matemático das projeções de resultados;
 - (iv) Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
 - (v) Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
 - (vi) Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

PROVISÃO PARA FECHAMENTO E PÓS FECHAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO

Como consequência das operações a Companhia e suas controladas assumem obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 24. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chrome, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente. Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

- Como nossa auditoria conduziu esse assunto
- Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
- (i) Como auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de capacidade considerados em relação a licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;
 - (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
 - (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.
- Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos a necessidade

...continuação

	Consolidado 2024						
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administrativas a nível de Grupo	Consolidado
Intersegmento	654	7.089	225.972	233.715	(233.715)	-	-
	78.268	344.325	2.486.608	2.909.201	(233.715)	-	2.675.486
Outras receitas e despesas							
Custos Diretos e indiretos	(52.679)	(250.030)	(1.490.110)	(1.792.819)	226.798	-	(1.566.021)
Despesas Administrativas	(1.695)	(29.394)	(244.062)	(275.151)	6.852	-	(268.299)
Depreciações e amortizações	(11.238)	(16.033)	(195.791)	(223.062)	-	-	(223.062)
Resultado financeiro	2.457	(3.588)	(25.458)	(26.589)	-	-	(26.587)
Custos de empréstimos	-	-	-	-	-	(267.267)	(267.267)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.023)	12.956	70.977	79.910	(6.746)	-	73.164
Participação nos lucros das coligadas	-	76	15.946	16.022	-	-	16.022
Imposto	-	-	-	-	-	(189.208)	(189.208)
Lucro (prejuízo) do segmento	11.090	58.312	618.110	687.512	(6.811)	(456.475)	224.228

	Consolidado 2024						
	Energia Verde	Soluções industriais	Manejo e tratamento de resíduos	Combinado	Eliminações	Despesas administrativas a nível de Grupo	Consolidado
Investimentos em coligadas	15.642	1.144	211.222	228.008	-	-	228.008
Despesas de capital	81.235	1.518	1.841.386	1.924.139	-	-	1.924.139
Ajustes e eliminações: Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas ao valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos relacionados são administrados de forma agrupada. Tributos correntes e diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada. Despesas de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias. Receitas intersegmento são eliminadas na consolidação.							
Reconciliações do lucro, ativos e passivos							

Lucro do segmento

Receita financeiras

Despesas financeiras

Vendas intersegmento (eliminação)

Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações em continuidade

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Em 12 de novembro de 2025, a Solví Essencis Ambiental realizou a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie girográfica, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$400.000. As debêntures foram integralizadas em 26 de janeiro de 2026, tendo como Coordenadores o Banco Bradesco BBI S.A. e Itaú BBA Assessoria Financeira S.A e Banco Liquidante e Escriturador o Banco Bradesco S.A. A amortização será semestral, com início em 12 de novembro de 2030 e vencimento final em 12 de novembro de 2035. Os recursos obtidos pela Emissora com a 6ª emissão das debêntures serão destinados para reembolso de caixa do valor referente ao resgate antecipado, realizado em dezembro de 2025, da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da 2ª (segunda) emissão da Emissora, emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Solví Essencis Ambiental S.A.”, celebrado em 24 de maio de 2022 (conforme aditado de tempos em tempos), cujos códigos de negociação dos ativos são SVEA12 e SVEA22. A classificação de risco da Emissão é “brAA”, atribuída pela Standard & Poor’s Ratings do Brasil Ltda. Foi prestada garantia fidejussória pela Solví Participações, como principal pagadora e devedora solidária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando R\$400.000. O índice financeiro pactuado: a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA <=3,5x apurado anualmente pela Emissora com base nas suas Demonstrações Financeiras Pró-Forma. **b)** Em 18 de dezembro de 2025, a “Cetrel”, através de sua subsidiária indireta Emergencial celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da CTA Engenharia e Treinamentos Ltda. e da CTA Group Ltda. (em conjunto, “Empresas Adquiridas”), sociedades atuantes no segmento de Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial e Treinamentos de qualificação para trabalhadores em segurança do trabalho. A operação foi concluída em 27 de fevereiro de 2026 (data de fechamento), após o cumprimento das condições precedentes previstas contratualmente, incluindo (i) comprovação de que os proeminentes vendedores não possuem impedimentos tanto na data de assinatura quanto na data de fechamento da operação, (ii) comprovação do cumprimento de todos as obrigações por parte dos vendedores na data do contrato e de fechamento, (iii) comprovação das cessões contratuais necessárias, quitações e transferências necessárias e (iv) ausência de efeitos adversos relevantes até a data de fechamento. O valor base (“enterprise value”) da transação foi de R\$ 21.500, sujeito a ajustes usuais com base na dívida líquida apurada na data de fechamento. A Administração entende que a aquisição está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, ampliando sua presença no mercado resposta a emergência, agregando portfólio complementar de serviços, clientes e capturando sinergias operacionais estimadas, com incremento de receitas de R\$ 15.000 / ano a partir do 1º ano de integração, além da inclusão no portfólio de dois campos de treinamento. Considerando que a transação foi concluída após 31 de dezembro de 2025, data-base das presentes demonstrações financeiras, seus efeitos patrimoniais e de resultado não estão refletidos nestas demonstrações financeiras, caracterizando-se como evento subsequente que não origina ajuste, nos termos do CPC 24 – Eventos Subsequentes. A Companhia encontra-se em processo de elaboração da alocação preliminar do preço de compra (“Purchase Price Allocation” – PPA), conforme requerido pelo CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, incluindo a identificação e mensuração a valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Com base em avaliações preliminares, a Administração estima que parcela relevante do preço pago será alocada a ativos intangíveis identificáveis, tais como carteira de clientes, tecnologia desenvolvida e marcas, bem como ao reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), o qual estará substancialmente relacionado às sinergias esperadas e à força de trabalho especializada das Empresas Adquiridas.

de ajustes de auditoria na provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, sendo estes ajustes não registrados pela diretoria, tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins do IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA DIRETORIA E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas de-

monstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

- Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado